ENTRELUGAR

EXPANSÃO DO CULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR EM MATO GROSSO DO SUL: A CRISE DA USINA SÃO FERNANDO E IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS NA REGIÃO DE DOURADOS (MS)

EXPANSION OF SUGARCANE CULTIVATION: THE CRYSIS OF SÃO FERNANDO MILL AND TERRITORIAL IMPLICATIONS IN THE REGION OF DOURADOS (MATO GROSSO DO SUL, BRAZIL)

EXPANSIÓN DEL CULTIVO DE CANA DE AZÚCAR: LA CRISIS DE LA USINA SÃO FERNANDO Y IMPLICACIONES TERRITORIALES EN LA REGIÓN DE DOURADOS (MATO GROSSO DO SUL, BRASIL)

Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
caroltorelli.faccin@gmail.com

Valdecir dos Santos Merêncio
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
valdecirsmerencio@gmail.com

Resumo: Neste trabalho analisamos a expansão da produção da cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul, em uma tentativa de compreender as implicações territoriais relativas ao funcionamento de uma usina do setor sucroenergético em um município. A recente instalação de inúmeras usinas em Mato Grosso do Sul, acompanhando uma nova expansão do setor sucroenergético, trouxe ao mesmo tempo desenvolvimento econômico e uma certa vulnerabilidade social nos municípios envolvidos com produção de cana-de-açúcar. Assim, almejamos entender o impacto do setor sucroenergético em uma região, abordando o caso da instalação e falência da usina São Fernando na cidade de Dourados, buscando compreender o impacto nos serviços terceirizados, terras arrendadas, conflitos em terras indígenas e insegurança na contratação de mão de obra da população local. São considerações acerca da extrema concentração do plantio da cana-de-açúcar nos municípios do sul do estado, o que só aprofunda a situação atual de

extrema especialização produtiva, definida pela produção de *commodities* selecionadas para exportação.

Palavras-chave: Mato Grosso do Sul; Dourados; Setor sucroenergético, Vulnerabilidade territorial; Implicações sociais.

Abstract: In this work, we analyze the expansion of sugarcane production in Mato Grosso do Sul, in an attempt to understand the territorial implications related to the operation of a sugarcane power plant in a municipality. The recent installation of numerous mills in Mato Grosso do Sul, accompanying a new expansion of the sugar-energy sector, brought both economic development and a certain social vulnerability in the municipalities involved in the production of sugarcane. Thus, we aim to understand the impact of the sugar-energy sector in a region, addressing the case of the installation and bankruptcy of the São Fernando plant in the city of Dourados, seeking to understand the impact on outsourced services, leased land, conflicts in indigenous lands and insecurity in hiring hand of the local population. They are considerations about the extreme concentration of sugarcane plantation in the municipalities of the south of the state, which only deepens the current situation of extreme specialization in production, defined by the production of commodities selected for export.

Keywords: Mato Grosso do Sul; Dourados; Sugar Cane; Sugarcane mil; Social vulnerability.

Resumen: En este trabajo analizamos la expansión de la producción de la caña de azúcar en Mato Grosso do Sul, en un intento de comprender las implicaciones territoriales relativas al funcionamiento de una planta del sector sucroenergético en un municipio. La reciente instalación de innumerables usinas en Mato Grosso do Sul, acompañando una nueva expansión del sector sucroenergético, trajo al mismo tiempo desarrollo económico y una cierta vulnerabilidad social en los municipios involucrados con producción de caña de azúcar. Así, anhelamos entender el impacto del sector sucroenergético en una región, abordando el caso de la instalación y quiebra de la usina São Fernando en la ciudad de Dourados, buscando comprender el impacto en los servicios tercerizados, tierras arrendadas, conflictos en tierras indígenas e inseguridad en la contratación de mano de obra de la población local. Son consideraciones acerca de

la extrema concentración de la plantación de la caña de azúcar en los municipios del sur del estado, lo que sólo profundiza la situación actual de extrema especialización productiva, definida por la producción de commodities seleccionadas para exportación.
Palabras-clave: Mato Grosso do Sul; Dourados; Caña de azúcar; Usina; Vulnerabilidad social.

INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso do Sul tornou-se um importante produtor de cana-de-açúcar e e álcool nos últimos 15 anos (ANDRADE, 1994). A expansão da cultura da cana-de-açúcar no território sul-mato-grossense teve como marco importante o ano de 1979, quando o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool - 1975) deu impulso ao financiamento e implantação de novas usinas em grande parte do território nacional. Tendo como ponto de partida o contexto da História do Brasil, podemos afirmar que a cana-de-açúcar sempre teve participação importante na vida econômica do País, figurando como o primeiro ciclo no sistema de *plantation* no período colonial. De maneira recorrente, esse importante cultivo sempre esteve entre os mais importantes ciclos econômicos brasileiros com o passar dos séculos, fazendo com que o País se destacasse no mercado internacional.

Nas últimas duas décadas, o cultivo da cana-de-açúcar obteve muito destaque em Mato Grosso do Sul, graças a retomada do setor energético no Brasil nesse período recente (TOLMASQUIM, 2012). Assim, o estado de Mato Grosso do Sul começou a receber atenção de usinas da região Sudeste (especialmente do estado de São Paulo), que tinham por objetivo implantar no território sul-mato-grossense usinas completas e modernas, com uso de tecnologia intensiva no processo de produção. Outros incrementos expressivos no aumento do plantio de cana-de-açúcar no território brasileiro estão diretamente relacionados à produção de automóveis movidos à gasolina e álcool (os automóveis tipo *flex-fuel*) e à produção de açúcar voltada para o mercado externo (ANDRADE, 1994).

De maneira progressiva, a produção de cana-de-açúcar vem aumentando em área plantada no Mato Grosso do Sul a partir do ano 2000, sendo acompanhada pela instalação de novas usinas, o que acabou gerando impactos significativos nos municípios envolvidos, principalmente no que se refere à questão do emprego e

impactos econômicos locais, importantes fatores indicadores de vulnerabilidade territorial e objeto de nossa reflexão neste artigo.

Desse modo, inicialmente apresentamos a recente expansão da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul, destacando alguns municípios fortemente afetados pela dinâmica própria da cana-de-açúcar e seu processamento agroindustrial, cujo principal objetivo é a exportação de açúcar bruto e álcool, além da geração de energia. Na segunda e terceira parte abordamos o setor sucroenergético no estado, focando principalmente na origem e declínio da usina São Fernando, localizada em Dourados – MS. Nossa análise procura refletir sobre o início das atividades da usina, sua decadência por diversos fatores e os impactos regionais, o que apontaria uma grande vulnerabilidade territorial (econômica, política, social e ambiental) invariavelmente atrelada às regiões agrícolas fortemente especializadas em apenas um ou dois produtos.

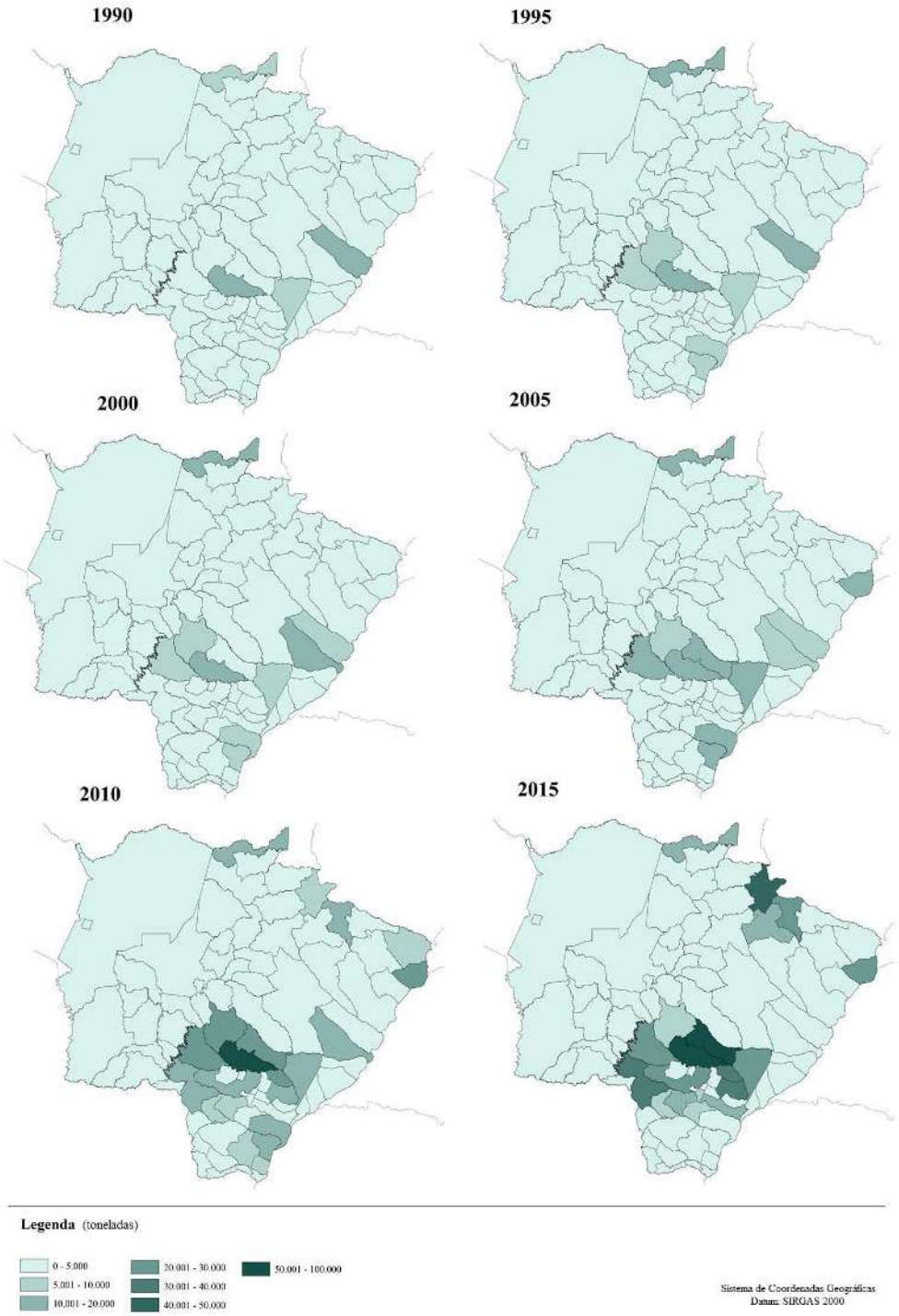
A RECENTE EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Em relação à expansão da cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul, Lamoso (2011) observa que:

> (...) a recente expansão das usinas de açúcar e álcool começou no estado com a implantação de usinas por grupos de capital privado nacional e posteriormente, o processo de internacionalização no campo foi materializado por aquisições e fusões sob o domínio do capital estrangeiro. Trabalho de Backes apontou que "60% do capital investido no Mato Grosso do Sul (dados até 2008), pelo setor sucroalcooleiro possui, direta ou indiretamente, participação do capital estrangeiro" (BACKES, 2009, 112). A internacionalização está presente no setor de commodities no estado e esse processo de implantação das usinas ocorre através da prática de arrendamento de terras, configurando o processo de "monopolização do território pelo capital" (OLIVEIRA, 1996) (LAMOSO, 2011, p. 46).

Para auxiliar nosso entendimento acerca da dinâmica da cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul e levando em conta essa recente expansão da cultura nos últimos anos, optamos por cartografar os dados acerca do avanço da cana-de-açúcar, comprovando que ela se estende em cidades específicas no estado nas últimas décadas, formando regiões canavieiras especialmente em municípios da porção centro-sul (figura 1).

Figura 1 - Mato Grosso do Sul. Evolução da área plantada de cana-de-açúcar em 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015.



Fonte: Produção agrícola municipal (IBGE). Elaborado por FACCIN (2017)

Segundo informações obtidas com a SEMAGRO (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar[1]) de Mato Grosso do Sul, o real *boom* da cana-de-açúcar no estado ocorreu a partir do ano de 2006, com forte apoio de empresas paulistas, oriundas especialmente do município de Sertãozinho e beneficiado por incentivos fiscais locais que determinaram cerca de 67% de redução do ICMS no açúcar e 80% no álcool, por força de decreto governamental.

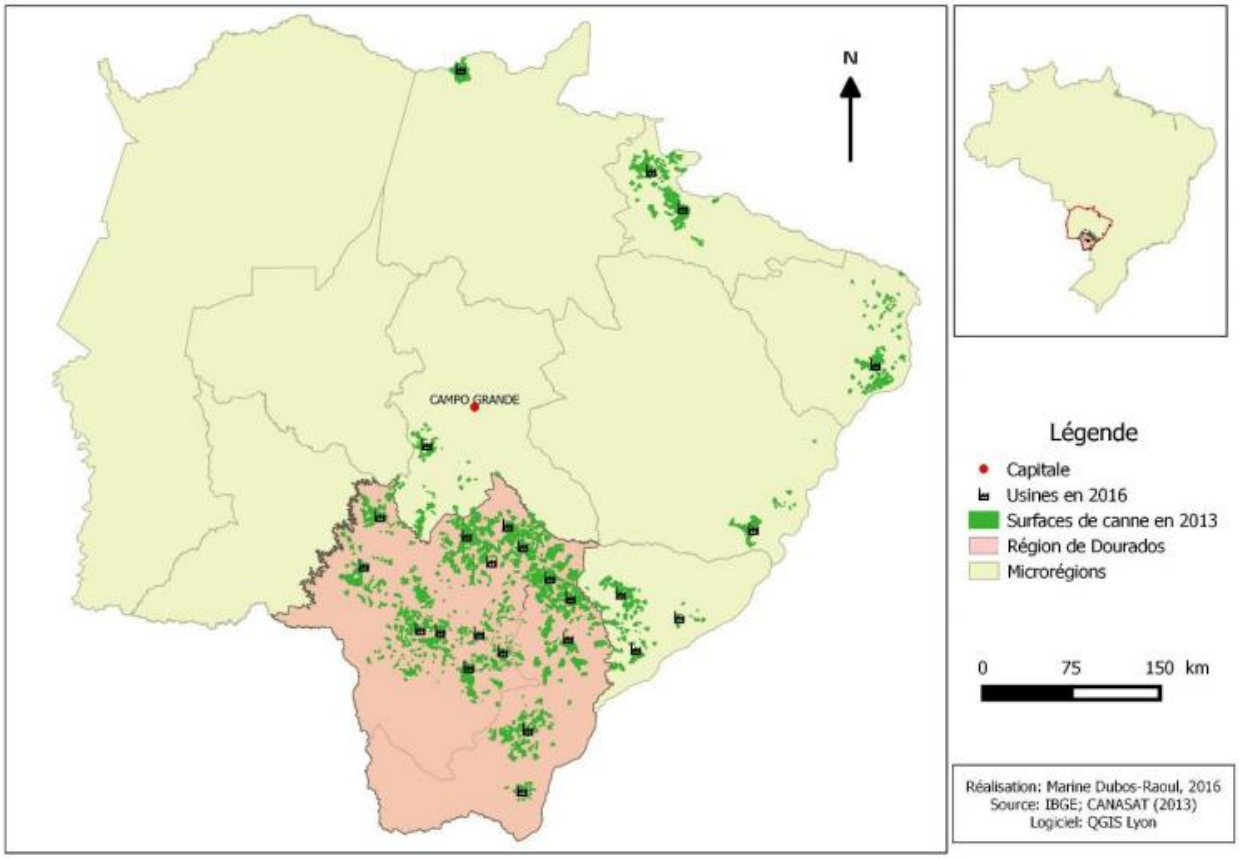
Os efeitos dessas decisões políticas tiveram impactos significativos no território sul-mato-grossense, que apresenta atualmente grande especialização produtiva no que se refere ao cultivo de cana-de-açúcar e outras *commodities*, como a soja e o eucalipto, por exemplo.

O cultivo da cana-de-açúcar implica necessariamente na presença da unidade agroindustrial de processamento muito próxima à lavoura; assim, toda área de cultivo tem obrigatoriamente em seu entorno uma usina (figura 2), em parte devido à diminuição de custos logísticos e o fato de que o longo transporte da cana-de-açúcar até a usina implica em perdas consideráveis em relação ao produto final.

> A cana-de-açúcar é uma matéria-prima peculiar porque não pode ser armazenada. Após a colheita (manual ou mecanizada) ela começa a se degradar e deve ser imediatamente processada nas unidades industriais. Algumas importantes implicações decorrem dessa restrição, em várias escalas geográficas: i) a limitação da produção de açúcar, etanol e outros derivados ao período da safra, levando à busca por safras que se estendam por períodos mais longos com o objetivo de utilizar melhor a capacidade produtiva instalada e diminuir a necessidade de armazenamento de açúcar e etanol (BNDES; CGEE, 2008); ii) a impossibilidade de exportar matéria-prima não processada; iii) a necessária proximidade entre as áreas de cultivo e a unidade industrial.(CASTILLO, 2015, p. 5).

[1] Trabalho de campo e entrevistas realizados em 25 e 26 de abril de 2016.

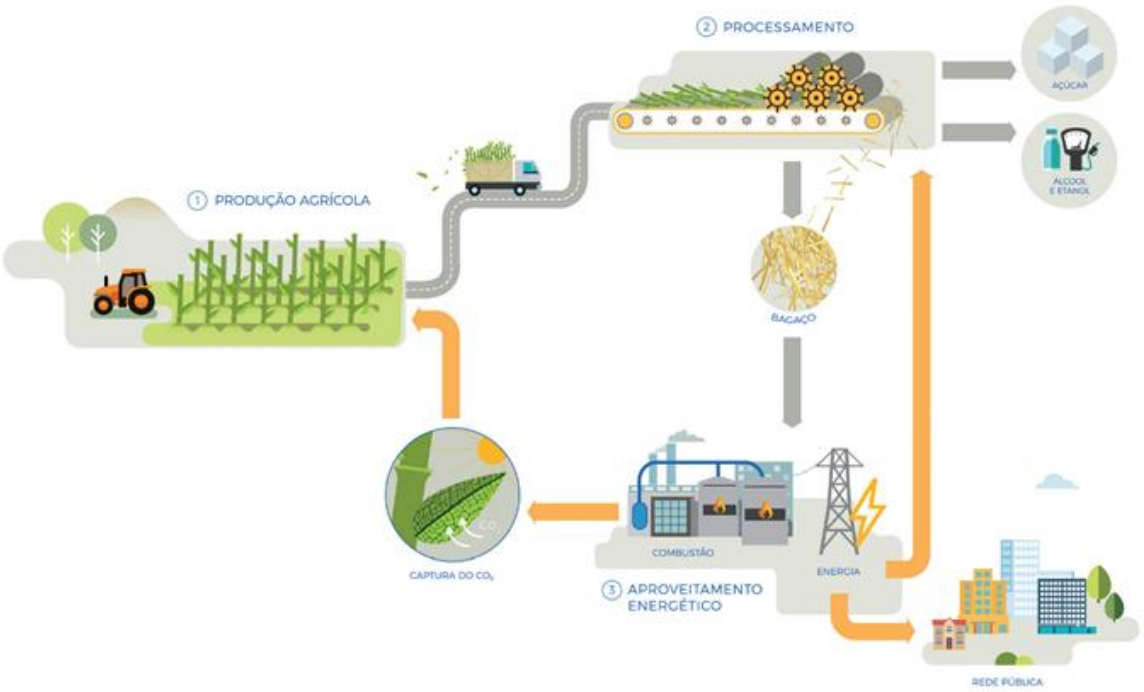
Figura 2- Superfície de cana-de-açúcar, 2013 e localização das usinas em Mato Grosso do Sul, 2016



Fonte: DUBOS-RAOUL (2017)

Uma usina do setor sucroenergético que produz açúcar, álcool e realiza geração de energia funciona, basicamente, conforme a figura 3. Ocorre a etapa da produção agrícola (1), onde cultivares de cana-de-açúcar são mantidos em solo previamente corrigido, adubado e com grande emprego de herbicidas, fungicidas e inseticidas (agrotóxicos). A lavoura se mantém por aproximadamente 5 anos, rebrotando a cada corte anual. Após a colheita, atualmente feita quase que totalmente de forma mecânica, ocorre a etapa de processamento (2), onde há a separação, via diversos processos, dos principais produtos de interesse econômico: açúcar, álcool e etanol. Outros subprodutos são obtidos, como a vinhaça (rica em nitrogênio, comumente usada para nutrir o solo do próprio canavial) e o bagaço (utilizado como combustível da própria usina e na geração de energia elétrica – etapa 3).

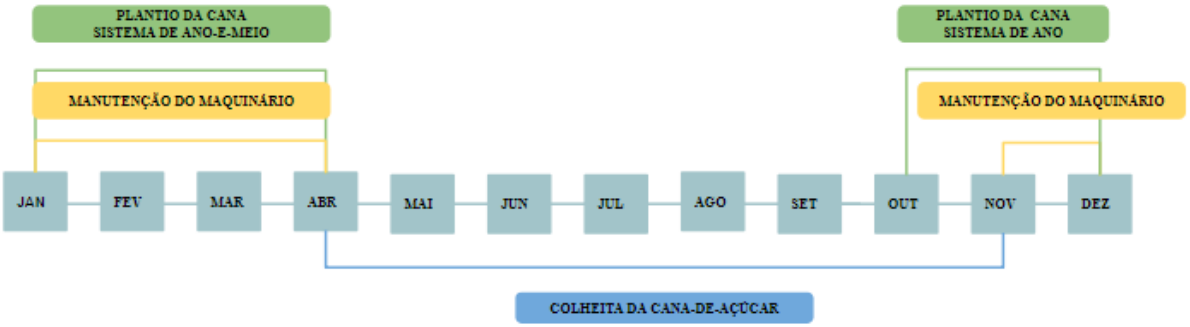
Figura 3 - Etapas básicas de produção de uma usina do setor sucroenergético.



Fonte: TEREOS (2018)

Invariavelmente, as cidades que recebem usinas do setor sucroenergético acabam seguindo um calendário das atividades realizadas por essas estruturas, sendo impossível a dinâmica de funcionamento da usina não envolver força de trabalho local. É grande o impacto da usina no que se refere ao emprego e comércio local (comércio e serviços, setor de construção civil, feiras de vendas de veículos, entre outros), que acaba se organizando em função do período de pagamentos realizados pela usina, que segue seu próprio calendário de produção e manutenção (figura 4).

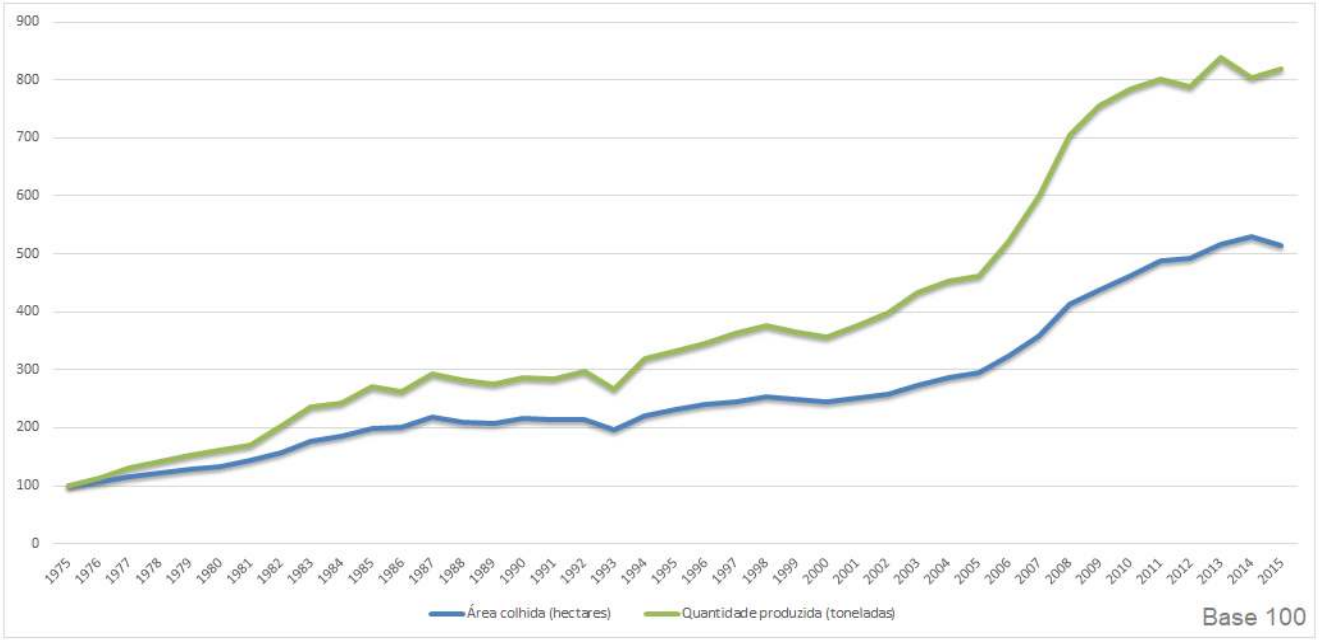
Figura 4 - O calendário da cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul



Fonte: Entrevistas e informações de trabalhos de campo na região de Dourados

A produção de cana-de-açúcar no Brasil aumentou vertiginosamente a partir do ano 2000 (figura 5), com a produção de carros chamados *flex-fuel*. Foi, de maneira geral, uma consolidação do novo mercado do etanol, que estimulava o aumento da produção de cana-de-açúcar e um novo mercado de carros bicombustíveis (CASTILLO, 2015).

Figura 5 - Área colhida (hectares) e quantidade produzida (toneladas) de cana-de-açúcar no Brasil, base 100, de 1975 a 2015.

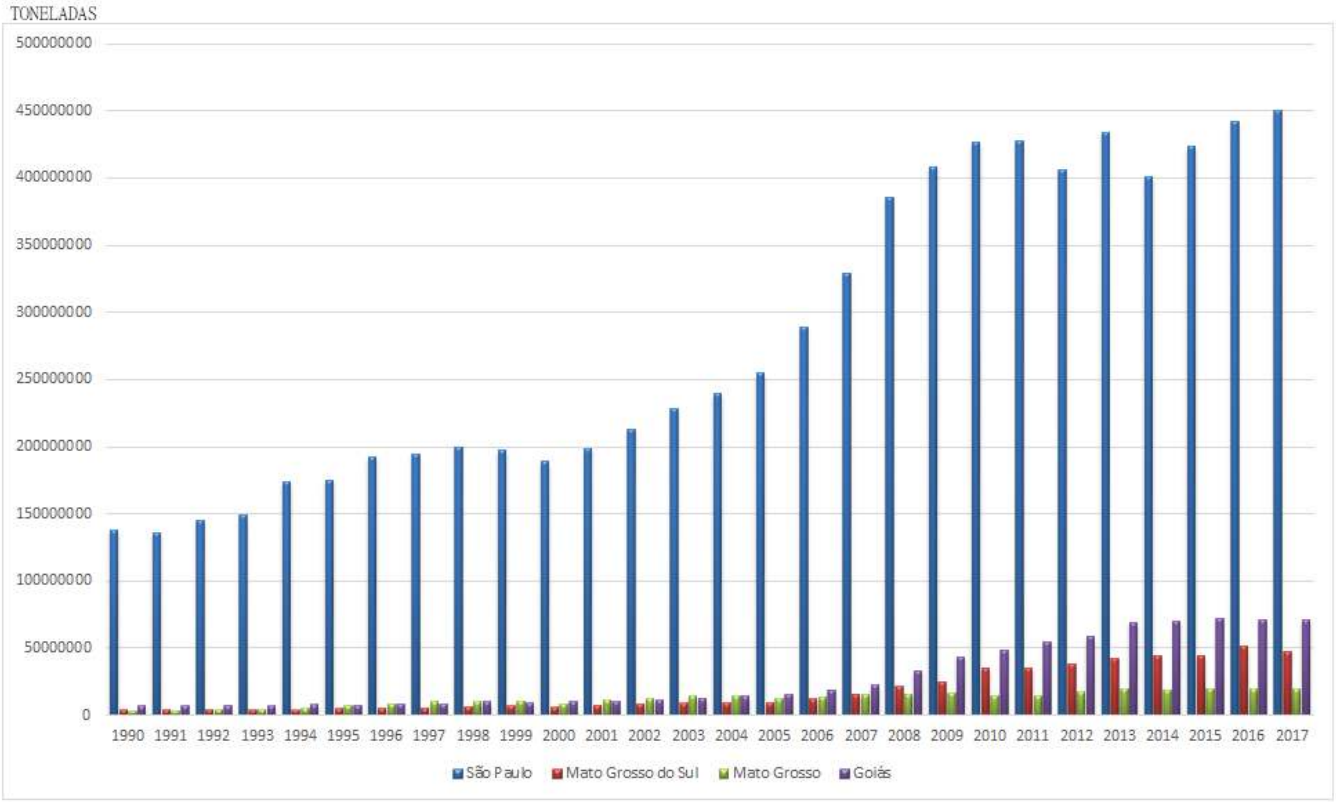


Fonte: Produção agrícola municipal (IBGE). Elaborado pelos autores.

O principal modal de transporte da cana-de-açúcar é o rodoviário, o que faz os subprodutos circularem no território nacional para o abastecimento do mercado interno e externo. Tal fato, invariavelmente, resulta no setor privado apresentando demandas para melhorias logísticas oriundas de investimento governamental, em busca de maior fluidez territorial e competitividade para suas atividades.

O setor sucroenergético, considerado fundamental para o Brasil, atualmente se encontra concentrado no maior produtor, o estado de São Paulo (figura 6), epicentro e referência em todas as etapas do processo produtivo: da produção propriamente dita às pesquisas tecnológicas, passando pela indústria de base, processamento, comercialização, distribuição, transporte e sistema regulatório público e privado na forma da entidade denominada CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo). Grande parte das atividades agrícolas canavieiras no País usa como parâmetro os indicadores da CONSECANA SP, fato que deixa claro sua influência e importância em nível nacional.

Figura 6 - Quantidade produzida de cana-de-açúcar, em toneladas, nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, de 1990 a 2017.



Fonte: Produção agrícola municipal (IBGE). Elaborado pelos autores.

Os dados de quantidade produzida de cana-de-açúcar revelam (figura 6) que Mato Grosso do Sul (cor vermelha) atingiu uma certa importância em relação ao resto do País. Nesse contexto, a usina São Fernando teve muito destaque nos últimos anos por ter se tornado uma das maiores usinas instaladas no território sul-mato-grossense. Tornou-se também referência de produção em larga escala, sendo protagonista de um auge e uma decadência ocorridos em tempo recorde, objeto de nossa atenção a partir de agora nesta análise.

O SETOR SUCROENERGÉTICO NO MATO GROSSO DO SUL: ORIGEM, AUGE E QUEDA DA USINA SÃO FERNANDO (DOURADOS/MS)

O governo de Luiz Inácio Lula Silva (2003- 2011) criou um ambiente favorável para o desenvolvimento industrial brasileiro sucroenergético, valendo-se dos

altos preços pagos por produtos básicos (*commodities*[2]) no mercado mundial. Tratava-se de um período comumente conhecido como "superciclo de *commodities*" (MANZI, 2016), provocado, em particular, pela demanda chinesa no início dos anos 2000. Tal fenômeno teve efeitos profundos em diversas políticas governamentais e na organização do espaço agrícola brasileiro. Por meio de incentivos e empréstimos, o Estado brasileiro buscou elevar a capacidade da indústria nacional e competitividade de setores selecionados, o que ocasionou o crescimento do número de usinas de álcool e açúcar por todo o Brasil, entre diversos efeitos positivos e negativos em outras cadeias produtivas.

Assim, a era Lula direcionou a produção brasileira gerando o aprofundamento da produção nacional de *commodities* para a exportação, tendo como principais consumidores países do sudeste asiático (com grande destaque parava China), diversos países da Europa e Estados Unidos (VANINI, 2013). Os investimentos e financiamentos para instalação de agroindústrias foram realizados principalmente via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); desse modo, o aumento de produção de *commodities* largamente financiado pelo Estado brasileiro fez o circuito espacial produtivo da cana-de-açúcar ganhar ainda mais competitividade no mercado interno e externo (SILVA, 2017), gerando implicações territoriais variadas no território sul-mato-grossense.

A Usina São Fernando está localizada no estado de Mato Grosso do Sul, no município de Dourados, na BR MS 379 – rodovia para Laguna Carapã. Produz açúcar, etanol e geração de energia elétrica, sendo que sua indústria possui a capacidade instalada de 4,5 milhões de tonelada de cana-de-açúcar, 330 mil toneladas de açúcar, 150 milhões de litros de etanol anidro, possui dois geradores com potência de 122,2 MW e área de plantio 60.000 hectares (SÃO FERNANDO, 2018), tanto em Dourados como no município vizinho, Laguna Carapã. Além do parque industrial com capacidade instalada de moagem de 4,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, a São Fernando é a maior produtora de energia elétrica do Estado, por meio da cogeração pela queima da biomassa da cana. O bagaço da cana moído é capaz de alimentar dois

[2] Entendemos por *commodities* produtos básicos (como minério de ferro, soja triturada ou *in natura*, açúcar bruto, entre outros), de relevante interesse econômico mundial, produzidos e negociados em grandes volumes que possuem baixo valor agregado.

geradores com potência acima de 100 MW/h, possibilitando atender a demanda de energia de uma cidade com aproximadamente 200 mil habitantes (SÃO FERNANDO, 2018).

Sua instalação foi planejada entre 2006 e 2007, resultado da parceira de José Carlos Bumlai e o grupo Bertin, através da venda de frigoríficos para o grupo JBS. Em junho de 2008 a empresa São Fernando de Açúcar e Álcool teve o primeiro contato com o BNDES para apresentar o projeto da agroindústria e financiamento para construção da usina no município de Dourados. Na elaboração do projeto a usina teria a capacidade de produzir açúcar, etanol, com moagem de 2,3 milhões de toneladas de cana/safra, cogeração de energia elétrica e investimento social no município de Dourados (FREITAS, 2017). Foram realizados empréstimos no valor de R$ 395,2 milhões para construção da usina e, no processo, o banco ficou com a garantia evolutiva: a empresa e os maquinários foram dados como garantia (FRIEDLANDER, 2013). Assim, a usina São Fernando foi fundada em 21 de janeiro de 2008, com os sócios do grupo Bertin e São Marcos Energia, de propriedade de José Carlos Bumlai.

A usina começou a produzir entre os anos de 2008 e 2009 e foi realizado outro empréstimo de R$ 64,7 milhões para implantar uma segunda unidade de cogeração de energia (bioenergia). A usina começou a empregar 3.500 profissionais em diversos setores, com plano de saúde, transporte e benefícios variados (CARVALHO, 2015). Com estrutura moderna e áreas de plantação em larga escala com uso de terras arrendadas, a empresa esmagava 20 mil toneladas de cana-de-açúcar por dia, sendo que cerca de 55% do total eram transformados em etanol e os 45% restantes eram destinados à produção de açúcar. Atualmente, em razão de sua crise nos últimos anos, o empreendimento está moendo menos de 7 mil toneladas por dia, em virtude do sucateamento e da falta de manutenção. Todo o processo produtivo se mostra comprometido, a ponto da usina ficar parada por grandes períodos, em razão de problemas mecânicos (SÃO FERNANDO, 2015).

Em 2010 e 2011 a usina teve seu auge de produção e exportação, atingindo o seu melhor desempenho. Sentindo a crise em 2012, a empresa fez outro empréstimo no valor de R$ 101,5 milhões para salvar-se de um pedido de falência. Esse empréstimo foi destinado para pagamento de funcionários, pagamento de arrendamento de terras e dívidas com bancos (SANTOS, 2016). Em 2013 a usina diminuiu o quadro de

contratados, dispensando 1.500 funcionários, atrasando gradativamente pagamentos, interrompendo contratos de planos de saúde e auxílios para transporte dos funcionários (FREITAS, 2015).

Desde 2012 a usina São Fernando se encontrava em recuperação judicial, com dívidas de R$ 1,5 bilhão (valor que passou para R$3 bilhões no ano de 2015, em razão da cobrança de juros sobre o valor original da dívida). O juiz Jonas Hass da Silva Júnior, do município de Dourados, determinou que um escritório[3] da cidade de Campo Grande (MS) realizasse a administração judicial da usina São Fernando (O PROGRESSO, 2013). A recuperação judicial tem por finalidade manter a usina funcionando e produzindo, garantindo que não haja maiores prejuízo para os envolvidos, pois o impacto do fechamento da usina no âmbito local é muito grande: traria o desemprego de milhares de pessoas, estendendo o prejuízo a suas famílias, provocaria a falência de serviços terceirizados contratados em função das atividades da usina, além de trazer um impacto financeiro ao Estado.

Outra razão do endividamento seria devido à construção da unidade com capacidade superior ao previsto durante a análise de empréstimo com o BNDES. Com o valor do empréstimo a usina construiu uma segunda unidade de cogeração de energia e o BNDES não teve condições jurídicas para executar o débito, justamente porque a empresa se encontrava em recuperação judicial. A constante inadimplência levou o BNDES a pedir a falência da São Fernando Açúcar e Álcool em 15 de junho de 2015 (FREITAS, 2017). Em 2015 a usina dispensou mais 1.300 funcionários e alegou não ter verbas para pagar suas dívidas; em decorrência desse fato, os funcionários entraram com processos trabalhistas contra a usina para receber seus direitos (FREITAS, 2015).

Em 2015, os maiores credores (BNDES e o Banco do Brasil) pediram a falência da empresa de Bumlai por inadimplência. Condenado na operação Lava Jato[4] à pena de nove anos e 10 meses de prisão, por gestão fraudulenta de instituição financeira e corrupção, Bumlai contraiu uma dívida de R$ 1,2 bilhão (NOVACANA, 2015).

A usina teve a falência decretada em junho de 2017 pelo juiz Jonas Hass da Silva Junior, que conduziu o processo desde o pedido de recuperação judicial, em 2013.

[3] VCP (Vinícius Coutinho Consultoria e Perícia).
[4] Investigação do ministério Público Federal sobre corrupção, lavagem de dinheiro e esquemas de desvio de recursos da PETROBRAS, com várias fases.

O magistrado autorizou a realização de um leilão: o primeiro aconteceu em setembro de 2017, com o lance mínimo de R$716 milhões. Atraiu o interesse do mercado interno e externo, mas ninguém fechou compra da usina (FREITAS, 2018).

O segundo leilão teve um lance do grupo Pedra Angular no valor de R$ 825 milhões, para o pagamento no prazo de 20 anos. Porém a Justiça indeferiu a compra, alegando que o grupo Pedra Angular não teria capacidade para administrar a usina São Fernando. Atualmente a referida usina está funcionando com 25% da capacidade, e após 16 meses de administração judicial pela VCP (Vinícius Coutinho consultoria e Perícia), conseguiu pagar fornecedores, recuperou crédito e vem conseguindo manter o quadro de mil funcionários com seus salários e benefícios em dia. O juiz Jonas Hass da Silva Junior ainda cogita a possibilidade do 3° leilão ou realização do arrendamento da usina através de contratos, visto que a usina vem se recuperando e está em dia com os seus compromissos, tendo plena capacidade de atrair um comprador (BOSSLE, 2018).

EXPANSÃO DO CULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR E ALGUMAS IMPLICAÇÕES NA REGIÃO DE DOURADOS

Com a concentração de produção de cana-de-açúcar nos municípios de Sidrolândia, Maracaju e Dourados ocorreu o crescimento de conflitos agrários, especialmente envolvendo terras e trabalho indígenas e a precarização de formas de trabalho de boa parte da população e grande vulnerabilidade dos empregos no setor.

Além desses fatores problemáticos, o impacto da instalação de usinas na região (que conta com uma unidade da RAÍZEN em Caarapó e uma unidade da BUNGE em Ponta Porã) gera a ocorrência de muitos contratos de parcerias e arrendamentos no seu entorno, o que altera radicalmente o modo de vida da população dessas novas regiões canavieiras. Na maioria dos casos a parceria é falsa, ou seja, é um arrendamento disfarçado de parceria, sendo uma prática muito comum nos casos de arrendamento de terras para lavouras de cana-de-açúcar (FACCIN, 2017).

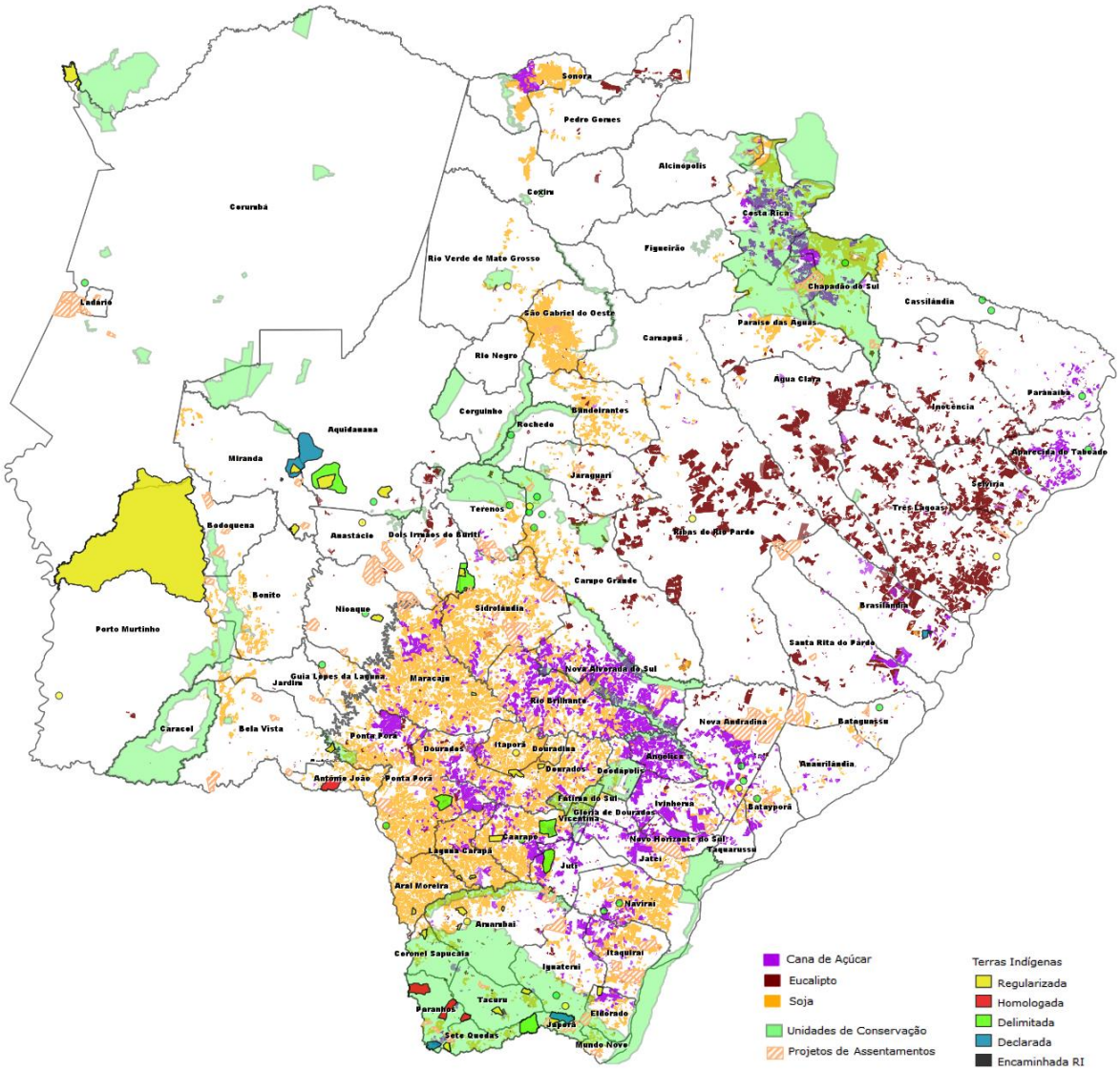
Segundo a SEMAGRO (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar), a porcentagem de arrendamento de uma mesma propriedade chega a 49% da área, fato que, em grande parte dos casos, pode comprometer outras atividades econômicas da família arrendatária (hortifruticultura, criação de gado e outros animais, entre outras atividades que exijam

certo espaço). Tal fato quebra o ritmo de vida e economia de pequenos municípios, como, por exemplo, Vicentina, Fátima do Sul, núcleos tradicionais que apresentam pequenas propriedades na região de Dourados.

Com a falta de políticas públicas para suportar tais situações, a região acaba ficando descaracterizada com a prática do arrendamento, a ponto de o proprietário da terra não reconhecer sua propriedade após a chegada do canavial. No caso da maioria das usinas instaladas no território sul-mato-grossense, não há interesse na aquisição de áreas; o arrendamento parece ser uma aposta mais segura. A usina, estabelecido esse esquema, cuida de tudo (plantio/mecanização/colheita/processamento).

Assim, temos que, em Mato Grosso do Sul, a cana-de-açúcar apresenta uma certa disputa por áreas de expansão de cultivo com a soja (FACCIN, 2017), sendo que a expansão física de ambas se materializa sobre as áreas de pastagens com alto grau de degradação (mesmo caso da silvicultura na porção leste do estado, segundo a SEMAGRO/MS). A expansão da cana-de-açúcar também coincide com unidades de conservação ambiental, projetos de assentamentos e terras indígenas (figura 7). Em relação à grande população indígena presente no sul do estado, ocorre a seguinte situação: a usina oferece emprego pouco remunerado ou oferece aos líderes indígenas a proposta de arrendamento das terras para plantação de cana-de-açúcar. Alguns grupos indígenas aceitam o trabalho na esperança de permanecer na terra e ajudar na renda da família (O PROGRESSO, 2016), o que agrava o quadro de falta de terras para as mais diversas etnias e precarização constante de funções desempenhadas por esses trabalhadores nas usinas.

Figura 7 - Mato Grosso do Sul. Localização da cana-de-açúcar, eucalipto, soja, unidades



de conservação, projetos de assentamentos e terras indígenas, 2017.

Fonte: Dados e base cartográfica SIGA WEB MS. Elaborado por FACCIN & CASTILLO (2017).

Segundo a SEMAGRO (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar), o município de Fátima do Sul, após a chegada da cana-de-açúcar, perdeu sua produção oriunda de pequenos proprietários, que era de alto valor agregado (havia, anteriormente, circuitos curtos e diversificados de produção e abastecimento, antes da instalação da usina local).

Situação similar ocorre com as áreas arrendadas para as lavouras de soja, na mesma região.

Para os pequenos proprietários, há um impacto social grave do arrendamento, pois esta atividade não mantém o produtor na terra e não há atividades suficientes nessas pequenas cidades para abarcar essa população desocupada pelo arrendamento, uma vez que o valor pago por uma pequena propriedade muitas vezes não cobre os gastos familiares (FACCIN & CASTILLO, 2017).

A chegada das usinas de açúcar e etanol, por sua vez, provocou alterações na esfera produtiva, especialmente da região de Dourados: famílias que criavam gado há quase um século mudaram de atividade e iniciaram o cultivo de cana-de-açúcar em suas propriedades, graças à proximidade com as novas usinas da região. Outras famílias proprietárias simplesmente cederam e arrendaram suas terras (neste caso, grandes propriedades) nos arredores das usinas e, com o valor recebido, compraram novos terrenos distantes apenas dezenas de quilômetros e, muitas vezes, com o dobro do tamanho da propriedade arrendada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cultivo da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul atraiu investimento para setor agroindustrial, porém gerando poucos empregos devido ao alto uso de tecnologia no campo. A cana-de-açúcar tem grande importância na economia, pois é uma das *commodities* que mais movimenta o setor nacional e internacional com seus produtos derivados, tais como açúcar (diversas formas, bruto, refinado, mascavo, demerara, orgânico), etanol e cogeração de energia.

A expansão de canaviais em áreas antes ocupadas pela pecuária criou uma concentração de grandes plantações, especialmente nos municípios de Sidrolândia, Maracaju e Dourados, com dinâmicas do setor sucroenergético que envolvem também os municípios vizinhos. Levando em conta que o crescimento do setor agroindustrial canavieiro tem a proteção do poder público, fazendo um resgate histórico entendemos que desde o período colonial toda legislação protegia o senhor de engenho e quem fosse contra e pudesse pôr em risco a atividade, como povos indígenas ou os próprios credores, eram penalizados. Atualmente não é diferente: os conflitos por terras indígenas colocam em risco a vida desses e as usinas recebem muitos incentivos e

isenções sem que lhes seja cobrado algum retorno social realmente relevante para a sociedade local, que acaba sofrendo com o uso intensivo de agrotóxicos e pouca segurança em relação ao emprego nessas agroindústrias.

A cana-de-açúcar tem sua importância na economia nacional, mas a crise no Brasil também está afetando esse setor e algumas usinas pedem falência ou entram em processo de recuperação judicial por não terem capacidade em manter sua produção, por diversos motivos. Quem sofre com esse processo é o trabalhador, que tem que esperar anos para receber seus direitos trabalhados ou tem gradativamente seus benefícios sendo cortados. Essa análise teve por objetivo abordar a produção de cana-de-açúcar, apresentar alguns aspectos favoráveis para a economia, o ciclo da produção da cana-de-açúcar (da matéria-prima ao produto final) e demonstrar que através desses produtos essa cultura movimenta um mercado gigantesco com muito poder político, social e econômico envolvido.

Entre os objetivos estava compreender o circuito espacial da cana-de-açúcar e entender as diferentes abordagens no território, com foco nas possíveis e reais implicações sociais dessa atividade no estado Mato Grosso do Sul. A vulnerabilidade do setor agroindustrial canavieiro traz alguns aspectos negativos com a instalação da usina, pois há o impacto ambiental no solo na construção da usina e a consequente poluição ambiental.

Além de todos os motivos, levamos em consideração que a vulnerabilidade territorial dos municípios é grande, pois a situação de praticamente limitar a vida econômica a uma única forma de grande produção de *commodities* (altos volumes de produtos com baixo valor agregado) é uma ideia perigosa, tendo em vista as oscilações ou mudanças de demanda do mercado global que geram grandes impactos na economia e população local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994

BOSSLE. R. Venda da Usina São Fernando não é aprovada pela justiça e arrendamento da cogeração aparece como opção. Disponível em:

https://www.novacana.com/n/industria/usinas/venda-usina-sao-fernando-justica-arrendamento-cogeracao-opcao-280318 Acesso: em 08/12/2018

CASTILLO, R. Expansão recente do setor sucroenergético no território brasileiro: algumas implicações nas escalas local, regional e nacional. **Association of American Geographers**, Annual Meeting, Chicago, 2015.

CARVALHO, M. C. BNDES dribla norma para emprestar R$ 102 mi a Usina São Fernando, de Bumlai. Disponível em: https://www.novacana.com/n/industria/usinas/bndes-dribla-norma-emprestar-r-102-mi-a-usina-sao-fernando-bumlai-03115 Acesso: em 20/07/2018

DUBOS-RAOUL, M. Conflits dans les territoires de frontière agricole de la canne à sucre : dynamique de recomposition socio-spatiale dans sud du Mato Grosso do Sul, Brésil. Tese – Doutorado em Geografia. Université de Paris 8, 2017.

FREITAS. H. Usinas devem demitir 1,3 mil e têm dificuldade para pagar rescisões. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/usinas-devem-demitir-1-3-mil-e-tem-dificuldade-para-pagar-rescisoes Acesso em: 08/12/2018

FREITAS, H. Bloqueio de R$ 665 milhões de Bumlai e diretores do BNDES é mantido. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/bloqueio-de-rs-665-milhoes-de-bumlai-e-diretores-do-bndes-e-mantido Acesso: em 20/07/2018

FRIEDLANDER. D. BNDES e BB são os maiores credores da usina de etanol de amigo de Lula. Disponível em: https://www.novacana.com/n/industria/usinas/bndes-bb-credores-usina-etanol-amigo-lula-250413 Acesso em: 08/12/2018

FACCIN, A. C. T. M. Complexo soja no Mato Grosso do Sul: competitividade regional e vulnerabilidade territorial. Tese (doutorado em Geografia). UFGD, 2017.

FACCIN, A.C.T.M; CASTILLO, R. A. Vulnerabilidade e implicações sócio-espaciais da expansão do complexo soja no Mato Grosso do Sul. **Estudos Geográficos** (UNESP), v.15, p.133 - 156, 2017.

FUINI, Lucas. Labigalini: **Território e competitividade**: relações, teorias e aplicações/Lucas Labigalini Fuini. Jundiaí, Paco Editorial: 2017

KOHLHEPP, G. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

LAMOSO, L. P. Dinâmicas Produtivas da Economia de Exportação no Mato Grosso do Sul – Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 21, p.33-47, jan. /abr. 2011.

MANZI, R. H. D. O fim do superciclo das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, vol. 13 n.1, p.36 - 43, 2016.

NOVACANA. Disponível em: www.novacana.com.br Acesso em: 01/11/2018

O PROGRESSO. D. Endividada, Usina São Fernando entra em 'Recuperação Judicial'. Disponível em: https://www.progresso.com.br/economia/indevidada-usina-sao-fernando-entra-em-recuperacao-judicial/92841/ acesso em: 08/12/2018

PEREIRA, M. F. V. Os agentes do Agronegócio e o uso do território no triangulo mineiro/alto Paranaíba: da moderna agricultura de grãos à expansão recente da cana de açúcar. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume 23 (2012), p. 83-104.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. – 6. ed. 2. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS. M. Ex-empregados da Usina São Fernando estão na fila para receber. Disponível em: https://www.novacana.com/n/cana/trabalhadores/ex-empregados-usina-sao-fernando-fila-281016 Acesso em: 08/12/2018

SÃO FERNANDO. Disponível em: http://www.usinasaofernando.com.br/ acesso em: 10/11/2018

SILVA, W. G. SILVA, P. F. J. da. **Mato Grosso do Sul no início do século XXI: as múltiplas escalas do desenvolvimento Volume 1**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2017.

TEREOS. Disponível em: http://www.tereos.com.br/. Acesso em: 10/11/2018

TOLMASQUIM. M. T. Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil. **Estudos Avançados**, vol. *26*, n74, 247-260, 2012

VANINI. F. Fim do sonho doce do etanol brasileiro. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/10/economia/1386635197_164006.html Acesso em: 08/12/2018

Recebido para publicação em fevereiro de 2019

Aceito para publicação em julho de 2019